

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, <i>Ricardo Carneiro</i> .....	5
ADAM SMITH Valor, capital e riqueza nos primórdios da economia política, <i>Silvia Possas</i> .....	15
A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas, <i>Adam Smith</i> .....	24
DAVID RICARDO Ricardo e a economia moderna, <i>Carlos Águedo Nagel Paiva</i> .....	55
Princípios de economia política e tributação, <i>David Ricardo</i> .....	65
KARL MARX A contemporaneidade de <i>O capital</i> , <i>José Carlos Braga</i> .....	97
O capital, <i>Karl Marx</i> .....	105
ALFRED MARSHALL Marshall e o equilíbrio parcial, <i>Ana Lucia Gonçalves da Silva</i> .....	149
Princípios de economia: tratado introdutório, <i>Alfred Marshall</i> .....	157
LÉON WALRAS O equilíbrio geral de Walras, <i>Otávio Canuto</i> .....	203
Compêndio dos elementos de economia política pura, <i>Léon Walras</i> .....	211
KNUT WICKSELL Wicksell e o processo cumulativo, <i>Fernando Nogueira da Costa</i> .....	241
Lições de economia política, <i>Knut Wicksell</i> .....	253
A influência da taxa de juro sobre os preços, <i>Knut Wicksell</i> .....	270

### Editor

Miriam Goldfeder

Editor-assistente

Claudemir D. de Andrade

Preparação de texto

Margaret Presser

Revisão

Fátima de Carvalho M. de Souza

Isaías Zilli

Edição de arte (miolo)

Voga Planejamento Gráfico-Visual

Capa

Ettore Bottini



1ª edição

3ª impressão

Impresso nas oficinas da

Gráfica Palas Athena

ISBN 85 08 06331 8

2004

Todos os direitos reservados pela Editora Ática

Rua Barão de Iguaçu, 110 - CEP 01507-900

Caixa Postal 2937 - CEP 01065-970

São Paulo - SP

Tel.: 0XX 11 3346-3000 - Fax: 0XX 11 3277-4146

Internet: <http://www.atica.com.br>

e-mail: [editora@atica.com.br](mailto:editora@atica.com.br)

ADAM SMITH

## Valor, capital e riqueza nos primórdios da economia política

Silvia Possas\*

Adam Smith (1723-1790) é considerado com justiça o “fundador” da economia política, enquanto campo específico de investigação. Diversos outros autores já haviam tratado do tema, mas é sua obra *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*, mais conhecida simplesmente como *A riqueza das nações*, que organiza e delimita a temática da nova disciplina. Ali propõe uma interpretação abrangente dos fenômenos econômicos, organizados segundo um sistema de leis, que explica a interação dos seus diversos agentes.

O autor, natural de Kirkaldy, Escócia, era filósofo e ainda bastante novo já proferia importantes palestras sobre retórica, li-

---

\* Professora do Instituto de Economia da Unicamp.

teratura e jurisprudência na Universidade de Edimburgo. Em 1751, com cerca de trinta anos, foi escolhido para a cadeira de lógica na Universidade de Glasgow, e em 1752 passou a ministrar a cadeira de filosofia moral na mesma universidade. Foi do aprofundamento das questões tratadas em seu curso que nasceu sua reflexão econômica, muitas já esboçadas em suas conferências.

As principais obras que publicou em vida foram *The theory of moral sentiments*, que veio à luz em 1759, e *A riqueza das nações*, de 1776, que marcou indelevelmente todo o pensamento econômico posterior. Postumamente vieram a público alguns de seus ensaios, agrupados em *Essays on philosophical subjects*, e as conferências proferidas em Edimburgo, publicadas sob os títulos *Lectures on jurisprudence* e *Lectures on rhetoric and belles lettres*.

Com relação às suas principais influências, a visão de economia de Smith foi fortemente marcada por questões que permeavam o debate filosófico de sua época, como a relação entre paixões individuais e bem comum ou a da crença da existência de leis universais que tudo determinam. Quanto aos antecedentes propriamente econômicos, sabe-se que o autor teve contato com a doutrina dos fisiocratas em sua estada na França entre 1764 e 1766. Apesar dos pontos em comum com estes autores, como a defesa do livre comércio e o deslocamento do eixo da explicação da origem da riqueza, tirando-o do comércio e trazendo-o para o campo da produção, a importância desse contato não foi tão grande, pois o principal de seu pensamento já estava enunciado nas conferências proferidas anteriormente em Edimburgo. O objeto de sua principal obra é a riqueza das nações: em que consiste e como ampliá-la. Seu principal interlocutor é o mercantilismo, ao qual se contrapõe. Crítica principalmente a confusão feita entre riqueza e materiais que a simbolizam e entre a pujança econômica da nação e a de seu soberano. Para Smith, a riqueza de uma nação não se confunde com a abundância de ouro, mas é constituída pelos bens necessários e confortos de que, em seu conjunto, pode dispor.

A obra de Smith é muito ampla e nos restringiremos ao comentário sobre seu livro mais influente — *A riqueza das nações*. Trata-se da primeira abordagem sistemática e abrangente das questões econômicas, tratando da criação e distribuição dos bens e serviços, do dinheiro, do crescimento econômico, do papel das diversas classes sociais e do Estado, do comércio nos planos nacional e

mundial e dos mercados, dos tributos e da política econômica, além de resenhar as teorias então existentes. O núcleo em torno ao qual seu pensamento se organiza é a criação e ampliação de riqueza. Ela é fruto do trabalho humano, mas o potencial criador deste é um fenômeno social. Isto porque há meios de se ampliar a produtividade do trabalho, e o principal deles é a divisão do trabalho, que cumpre um papel-chave na sua argumentação. A ampliação da riqueza, a seu ver, depende fundamentalmente de se favorecer a divisão do trabalho e, com esta, a produtividade. A expansão e liberação dos mercados e a acumulação de capital são meios fundamentais para isso, e é em torno de como obter esses resultados que se organiza sua exposição.

De todos os temas que trata, é preciso privilegiar uns poucos, dado o reduzido espaço disponível. Os escolhidos são: a teoria do valor, o capital e sua acumulação, a “mão invisível” e o livre comércio. Os critérios da escolha foram sua importância no contexto da obra de Smith e as reflexões que ainda hoje suscitam.

**Valor.** A teoria do valor de Smith é um dos pontos de sua obra de mais difícil compreensão pelos leitores do século XIX em diante. Houve uma mudança das questões postas pela teoria econômica ao longo dos últimos séculos. Hoje, quando pensamos em valor, pensamos apenas em preços relativos, em proporções de troca. Mas no século XVIII a natureza do valor e da riqueza era um ponto central a ser esclarecido. Seu desenvolvimento parecia necessário para se elaborar uma medida invariável adequada, passível de ser usada em comparações entre países e através dos séculos. Assim se poderiam definir melhor as atitudes corretas a serem adotadas no sentido de ampliar a riqueza e o poderio nacionais. Para se ter certeza de que a acumulação de uma forma particular de riqueza (por exemplo, ouro) significa inequivocamente sua expansão, depende-se de alguma noção absoluta de valor. Quando se fica sujeito às mutáveis relações de troca dos distintos bens, corre-se o risco de que alguma modificação destas — em particular, a queda do valor relativo do bem acumulado — anule o esforço anterior de acumulação. A teoria de Smith reflete essa preocupação em estabelecer bases para uma noção de valor absoluto.

Ao se lançar ao tema do valor, Smith promove avanços em diversos pontos. Primeiramente distingue valor de troca, isto é, o

valor alcançado no mercado, de valor de uso, conterido pela utilidade particular do bem. Essa distinção foi adotada pela escola clássica e pelos marxistas, mas perdeu importância após o advento da teoria marginalista, quando a ortodoxia dominante passou a adotar a noção de que o valor de troca é determinado pela utilidade marginal, e portanto, de alguma forma, pelo valor de uso — embora não em seu montante total, mas em seus acréscimos.

O segundo ponto é a identificação de sua medida real, que só pode ser determinada com o desvendamento de sua natureza. O dinheiro usado pelos mercantilistas para medir a riqueza é apenas uma medida arbitrária, já que o valor do próprio dinheiro está sujeito a alterações. Por isso, chama o preço em dinheiro de *preço nominal*. O capítulo V do Livro Primeiro é dedicado a esse tema. Nele Smith afirma que o preço real de uma mercadoria é o custo humano para obtê-la, ou seja, a dose de sacrifício e de renúncia necessários para que seja produzida. Ora, uma mesma quantidade de trabalho sempre significa o mesmo custo, nesses termos. Por isso elege o trabalho como sua medida do valor.

A maioria das vertentes econômicas que se seguiram deixou de dar relevância à questão da natureza do valor. Apenas alguns marxistas ainda a consideram relevante. O tema relevante passou a ser o valor relativo, e a maneira como ele é definido costuma descartar qualquer possibilidade de medida absoluta do valor. Os sistemas de equações utilizados pelos seguidores Walras e Staffá só permitem a obtenção de vetores de preços relativos, tornando arbitrária qualquer medida absoluta. Outro autor seminal, Keynes, define valor como poder de compra, o que remete diretamente às relações de troca. Nesse ponto, portanto, parece que as considerações de Smith envelheceram irremediavelmente.

Um terceiro aspecto, abordado no capítulo VI, é a identificação das partes componentes do valor de troca, remetendo às suas fontes. Por exemplo, devemos considerar o juro como um elemento do valor a ser distinguido do lucro? Não para Smith, que os considera como parte da remuneração do capital. As fontes do valor são: os salários, que remuneram o trabalho; a renda da terra, que paga a utilização da terra; os lucros, que remuneram a riqueza acumulada sob a forma de capital, essencial para permitir o grande vigente de divisão do trabalho. Em seu conjunto, essas três fontes formam o valor ou preço natural, embora possa haver mercado-

rias que deixem de apresentar em seu valor de troca uma ou outra delas. Nesse ponto, a contribuição fundamental de Smith é quanto à natureza do capital, que retomaremos adiante.

O quarto item relevante são as circunstâncias em que os preços de mercado podem se afastar dos preços naturais, objeto do capítulo VII. Preços naturais seriam aqueles determinados pela soma de salários, preços e lucros, remunerados à sua taxa natural. Os preços de mercado podem situar-se acima ou abaixo dos naturais em função de discrepâncias entre oferta e demanda. Preços de mercado acima dos naturais tendem a favorecer ampliação da oferta e vice-versa. Entretanto, em certas circunstâncias, dificuldades de informação ou situações que impeçam ampliação da oferta podem permitir a permanência de remunerações acima das naturais. O mesmo não ocorre no caso inverso, pois salários, lucros ou rendas da terra abaixo de suas taxas naturais levariam necessariamente os seus detentores ao abandono daquela produção particular. Os motivos enumerados por Smith para a permanência dos preços de mercado acima dos naturais — informação e/ou mobilidade imperfeitas — ainda hoje são considerados importante fonte de explicação da ocorrência de ganhos extraordinários em diversas correntes de pensamento, qualquer que seja a denominação adotada para o fenômeno — quase-rendas, lucro econômico puro, lucro extraordinário ou outras.

Muito se discutiu sobre a possível determinação da magnitude dos preços naturais em Smith, um assunto abordado apenas no bojo dessas outras discussões. Foi-lhe atribuída inclusive a criação de duas teorias: a do trabalho incorporado e a do trabalho comandado. Essa confusão deve-se a Ricardo, que, ao apresentar sua própria teoria, o fez por contraposição a Smith, distorcendo as considerações do autor de *A riqueza das nações*.

A teoria do valor incorporado estaria supostamente localizada nos primeiros parágrafos do capítulo VI. Entretanto, ali Smith está apenas tentando argumentar que num “estágio antigo e primitivo” da humanidade, que antecede a apropriação privada da terra e o acúmulo de riqueza, portanto a formação de capital, a única fonte de valor é o pagamento do trabalho despendido. Todavia, logo a seguir mostra que a apropriação privada da terra implica o surgimento da renda da terra, e a utilização no processo de produção de riqueza previamente acumulada acarreta paga-

mento ao seu detentor — o lucro. Assim, não faz sentido julgar que Smith considerava o valor de troca como determinado pelo trabalho incorporado.

A teoria do trabalho comandado estaria no capítulo V, quando Smith diz que “o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui [...] é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar”. Também nos capítulos VI, ao tratar das fontes do valor, e VII, ao definir o preço natural, há suporte para essa ideia.

Entretanto, não é possível extrair dessa teoria maiores reflexões sobre o problema da magnitude do valor de troca, pelas dificuldades e possíveis contradições em que incorre ao explicar o preço de uma mercadoria por outros preços. Mas nem por isso sua contribuição deve ser considerada desimportante. Com suas idéias, Smith deslocou definitivamente a explicação da riqueza para o campo da produção e especialmente o da produtividade, enfatizando pela primeira vez o papel do capital e de sua acumulação no poderio dos países (riqueza é poder, como afirma) e bem-estar dos povos.

**O capital e sua acumulação.** Uma das contribuições mais relevantes de Smith foi a elaboração do conceito de capital como importante elemento do processo produtivo e fonte de apropriação de valor, sob a forma de lucro. E ele quem pela primeira vez associa claramente o lucro ao emprego de capital, ou seja, de riqueza previamente acumulada, e não simplesmente ao ato de se vender a preço maior do que o de compra. O emprego do capital permite a apropriação de valor porque está associado à elevação da produtividade. Esse é um dos temas mais interessantes da obra de Smith e que ainda serve de inspiração, seja à teoria neoclássica de distribuição, baseada na produtividade marginal dos fatores de produção, seja a outras formulações, que das mais variadas formas indicam que se um agente é mais produtivo que os demais conseguem ser, isso lhe permitirá auferir renda (ou quase-renda, conforme a denominação utilizada).

A *riqueza das nações* se inicia com três capítulos sobre a divisão do trabalho. Ali Smith trata ao mesmo tempo de duas questões da maior relevância para o entendimento da economia capitalista. A primeira é a produtividade e sua ampliação como a forma mais importante de se acrescentar riqueza. A segunda é que

essa produtividade se baseia em alguma medida na divisão do trabalho entre os membros de uma sociedade, o que remete à socialidade, à interação social dos indivíduos.

Para Smith, a divisão do trabalho significa maior especialização, menores custos de mudar de uma atividade a outra, além de favorecer a introdução de maquinaria. Essas características acarretam aumento da produtividade.

Para que a divisão do trabalho se aprofunde há alguns requisitos. Primeiro, que se amplie a riqueza previamente acumulada, de modo a permitir: a) que sobrevivam os que não produzem diretamente os bens necessários à sua própria subsistência; b) a aquisição de bens de capital fixo (cuja relevância era muito inferior à de hoje) e circulante; e c) a união de diversos trabalhadores na produção de um único bem, como no célebre exemplo dos alfinetes. Um segundo requisito é a ampliação dos mercados, o que se dá com melhorias dos meios de transporte e com livre comércio.

Podemos agora compreender o papel do capital e de sua acumulação. É importante acumular riqueza para viabilizar as formas mais avançadas de produzir, pois estas exigem aprofundamento da divisão do trabalho, que, por sua vez, depende de maior volume de instrumentos de trabalho, maior disponibilidade de matérias-primas e de bens de subsistência para os trabalhadores durante o período de produção. Por isso é preciso estimular a acumulação de capital, através da utilização produtiva da riqueza obtida.

A acumulação de capital foi gradualmente perdendo espaço entre os temas econômicos. O bem-estar passou a ser associado mais à alocação ótima dos recursos do que à sua expansão, apesar dos protestos de algumas vozes discordantes, como a de Schumpeter. Perdeu-se a dimensão dinâmica da criação e ampliação de riqueza e privilegiou-se a estática de alocação dos recursos dados.

Sem dúvida, a ampliação da produtividade não pode mais ser considerada resultante apenas da simples divisão do trabalho, e sim do avanço tecnológico e das formas de organização da produção, entre outros. Porém, a reflexão de Smith ainda é atual, pela sua ênfase naquele aumento, obtido a partir do próprio crescimento da economia e dos mercados.

**O livre comércio e a “não invisível”.** Smith, como os fisiocratas e toda a escola clássica, tinha uma bandeira: o livre

comércio. Esses autores viviam em uma época em que a economia ainda estava marcada pela herança feudal, com seus monopólios de comércio, pedágios e guildas artesanais. Por todo o lado havia entraves à ampliação do mercado. É contra esses entraves que esses autores se batiam. As justificativas nem sempre foram as mesmas. Enquanto fisiocratas franceses queriam a ampliação dos preços agrícolas, o economista britânico Ricardo argumentaria pelo seu rebaixamento. A visão de Smith quanto ao problema não passava, entretanto, pela questão do preço. Tratava-se, como vimos, de estimular a ampliação dos mercados, e por conseguinte a divisão do trabalho e o grau de especialização dos produtores.

A “mão invisível” é uma imagem metafórica, pela qual Smith argumentava que, apesar de as decisões numa economia de mercado serem tomadas de modo descentralizado pelos produtores, seguindo seus próprios interesses egoístas, elas levam à consecução dos melhores interesses do conjunto da sociedade. A mão invisível do livre comércio é que dá coerência e eficácia a essas decisões e que compatibiliza busca de interesses privados e bem público. O principal motivo para isso é que a elevação da produtividade permite que todos ganhem. Os indivíduos percebem que podem se tornar mais ricos ao se especializarem numa atividade particular e, assim, contribuem, mesmo que de forma não-intencional, para o aprofundamento da divisão do trabalho. Portanto, ao buscarem seu próprio interesse, sem necessidade de nenhuma intervenção legal, colaboram para o crescimento do conjunto da riqueza da nação.

As questões do livre comércio e da intervenção do Estado ainda hoje estão sempre na ordem do dia. O nome de Smith ainda costuma ser invocado na defesa do *laissez-faire*. Entretanto, são esquecidos os seus argumentos a respeito, fundados que estão em sua visão dinâmica. A “mão invisível” e o livre mercado tornam-se dogmas destituídos de seu conteúdo original ou são defendidos por razões bastante diferentes das de Smith.

As considerações de Smith sobre o Estado e seus limites dificilmente podem ser aplicáveis atualmente. Os problemas apontados no debate contemporâneo quase nunca têm relação com privilégios a serem abolidos, que apresentem alguma semelhança com os combatidos por nosso autor. No século XVIII, o Estado cumpria papel bastante distinto do que tem no século XX. As funções que

assume hoje e que são objeto do debate nem sequer eram imagináveis. Por isso não faz muito sentido tentar utilizar a autoridade do nome de Smith para atacar a intervenção estatal, nos moldes em que ocorre no presente.

Para finalizar, cabe ressaltar a fecundidade, evidenciada acima, do pensamento de Smith, que, mais de dois séculos depois de enunciado e após tantas modificações ocorridas no funcionamento da economia, ainda mantém validade em muitos pontos e permanece como fonte de inspiração para economistas das mais diversas vertentes.